

Informação, meio ambiente e atores sociais: mediação dos conflitos socioambientais

Information, environment and social actors:
the mediation of environmental conflicts

Aloisio Ruscheinsky¹
aloisior@unisinos.br

Resumo

Neste artigo, diferentes ênfases às questões ambientais são abordadas a partir de informações nas páginas de um jornal e às consequentes interpretações operadas no âmbito dos conflitos socioambientais. O foco da argumentação considera as circunstâncias da produção da informação como mediação ou como articulação entre atores sociais num contexto de mudanças socioambientais. A abordagem sublinha os limites e controvérsias que circunscrevem o processo social da informação numa sociedade pautada pela circulação de mercadorias, por uma cultura de consumo, pelos conflitos socioambientais e pela crescente escassez de bens naturais. Ao mesmo tempo, o artigo assinala práticas dos atores sociais na sociedade civil e dos gestores públicos em termos de tomadas de decisão para outras práticas socioambientais, assim como intentos de efetivação de políticas públicas.

Palavras-chave: sociologia ambiental, atores sociais, produção da informação, conflitos, mediações.

Abstract

In this article, different emphases to environmental issues are addressed from information in the pages of a newspaper and the resulting interpretations operated under environmental conflicts. The key point of the argument makes considerations of the circumstances of the production of information as a mediator or as a link between social actors in a context of social and environmental changes. The approach emphasizes the limitations and controversies that encompass the process of social information in a society marked by the movement of goods by a consumer culture, the environmental conflicts and the growing scarcity of natural resources. At the same time, this study emphasizes practices of social actors in civil society and public managers in terms of decision making for other social and environmental practices, as well as attempts of public policies enforcement.

Key words: environmental sociology, social actors, production of information, conflict mediation.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

Introdução

O presente texto tem o propósito de examinar o significado e a frequência de temas relacionados ao meio ambiente no jornal diário de grande circulação na região metropolitana de Porto Alegre, na bacia Rio dos Sinos (RS). Ao mesmo tempo, objetiva analisar qualitativamente os elementos, atributos ou fatos que tornam o tema ambiental relevante para a divulgação nas páginas desse veículo de comunicação, bem como pretende examinar o contexto ou as condições de produção das informações. Visa, também, extrair das reportagens os aspectos significativos acerca de ideias, valores e preferências atribuídas aos diversos atores sociais, da mesma forma em que expressam intenções políticas, conceitos e preconceitos sobre a questão ambiental.

Do ponto de vista metodológico, enfocam-se a construção das informações e a presença do discurso e das práticas de atores sociais. A abordagem distingue os significados em campos sociais, tais como o do jornalismo e o da ciência, como óticas e interesses que assemelham ou distinguem. O pesquisador abraça o estranhamento ante o objeto de investigação, mas sem endossar a imparcialidade em face do campo empírico. Em lugar do dilema da oposição entre distanciamento ou adesão ao objeto da pesquisa, se robustece a dialética que combina, de forma dinâmica, as duas perspectivas.

No procedimento inicial da investigação empírica, a metodologia empregada consistiu em percorrer todas as edições de um período do *Jornal Vale dos Sinos (VS)* e *ABC Domingo*², para detectar a temática do meio ambiente em conjugação com atores sociais e formulação de políticas públicas, ao mesmo tempo a realização de entrevistas com editor e repórter para dar voz a interlocutores³. Nesse contato, também se deu ênfase privilegiada às reportagens que, de modo particular, fizessem referência à água, sem desqualificar, dessa forma, outros aspectos relativos ao meio ambiente. Os documentos utilizados neste trabalho são os exemplares do periódico, com um recorte não totalmente aleatório, datados entre 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezem-

bro de 2007. O percurso foi realizado por meio do inventário de palavras e principais temas de interesse, especialmente, na sessão criada para difundir o debate ambiental que permeia as tensões e os pactos entre os atores na sociedade local. A partir dos pressupostos da pesquisa e do recorte temático amplamente predominante, foram examinadas as reportagens que se enquadrassem de forma mais ou menos direta na discussão relacionada às condições da água potável na região, incluindo todos os usos e a sua preservação como recurso natural.

Estabeleceram-se como critérios para selecionar o período de abrangência e os materiais de análise, entre outras circunstâncias históricas e regionais, os seguintes aspectos: (a) a ocorrência de uma estiagem em 2005-2006, que tornou a questão da água, do nível do rio, ou da qualidade de potabilidade um referencial diário no noticiário local; (b) as articulações de amplo leque de atores sociais em torno de projetos, com o intuito de recuperar ou preservar o rio dos Sinos; (c) o contexto da investigação sobre o consumo da água, tendo em vista os riscos em face da degradação da bacia hidrográfica na região; (d) o acompanhamento do noticiário por um período determinado, para desenhar o ritmo em que o tema tenha sido uma referência de informação, aliado à capacidade logística para acessar determinada quantidade de material empírico; (e) no período da investigação, criou-se uma seção editorial sobre meio ambiente no referido jornal, o que tornou possível estabelecer comparações entre os dois momentos.

A concentração de indústrias, de empregos e a localização geográfica possibilitaram a atração de migrantes ao longo de décadas, concomitantemente à ocupação de parte dos banhados à margem do Rio dos Sinos, os quais possuem função relevante no sistema hídrico e na biodiversidade. O deslocamento por meio da migração induziu à expansão de áreas urbanas sem os devidos critérios técnicos ou ambientais, em especial sobre a planície em beira de córregos e nos banhados, o que tornou inevitável o dique na cidade de São Leopoldo⁴ para proteger o espaço urbano. Os expandidos efeitos dos agentes da degradação ficam, assim,

² O *ABC* é a edição dominical, enquanto três jornais regionais possuem edição diária – o *VS* (São Leopoldo), o *NH* (Novo Hamburgo) e o *Diário de Canoas*. Nas edições de domingo, são usuais reportagens mais extensas, também tratando da questão ambiental e com uma nuance distinta do noticiário da semana. Foram observadas reportagens informadas por projetos de pesquisa e de ação ambiental, desenvolvidas a partir da Unisinos em parceria com setores da sociedade local. Um recorte frequente de tal sorte, encontrado em mais de uma reportagem, é o projeto *Peixe Dourado*, que informa sobre a confecção de um diagnóstico e o repovoamento do rio por esta espécie de peixe, bem como o projeto *Monaliza*, que propõe o mapeamento das condições das águas em toda a sua extensão

³ Os entrevistados são o editor responsável pelo jornal e o repórter da sessão meio ambiente, ambos por ocasião da pesquisa e na sede do jornal, citados, respectivamente, como editor do *VS* e repórter do *VS*.

⁴ A título de ilustração das cidades da região, de acordo com informações da Prefeitura Municipal, São Leopoldo possui uma área de 3.743 km², uma população de 209.611 habitantes (IBGE, 2005) e uma taxa de urbanização de 99,7%. Integra a região metropolitana distando a 31 km da capital gaúcha. A área total do município é de 102,31 km², com área de preservação de 17,60 km² (17,20%). A cidade é cortada pelas rodovias BR 116 e pelo Rio dos Sinos. O Rio dos Sinos situa-se no centro do debate pelo controle de reservas hídricas e diferentes usos. Possui uma extensão de 190 km e desemboca no mar a cerca de 300 km, depois de associar-se ao lago do Guaíba; a altitude das principais cidades da região espalhadas pela planície é de cerca de apenas 30 metros acima do nível do mar. A cobertura vegetal existente é típica de áreas de várzea ou de reflorestamento. Há o registro de grandes enchentes em 1926, 1941 e 1965, porém outras se sucederam, mas sem os mesmos efeitos sociais, pois, após 1970, foi erigido um dique nas duas margens do rio, com cerca de 14 km, e outro com cerca de 20 km.

um pouco mais distantes da percepção da população, quando não ofuscados por uma barreira física. Todavia, o rio serve para o abastecimento de cerca de 1,3 milhões de habitantes das cidades da região, espalhadas ao longo de uma extensa planície.

A abordagem objetiva salienta a relevância de iniciativas em proveito da democratização de informações sobre as questões ambientais candentes para um crescente despertar para práticas socioambientais, em lugar do adormecimento do consumismo. Todavia, torna-se fundamental destacar que, numa sociedade desigual e fundada na dimensão do conflito, também as informações ambientais são suscetíveis a essas características, podendo a discussão ambiental ser pautada predominantemente pela sustentabilidade econômica, sem questionar as desigualdades.

Entre outros aspectos relevantes, temos, no Brasil, a trajetória de construção de uma legislação ambiental de largo espectro, uma difundida prática de estudos e relatórios de impacto ambiental, um parque gerador de eletricidade renovável, uma ampla gama de organizações ambientalistas e uma multiplicidade de articulações entre movimentos e instituições políticas.

A pesquisa inquirir a abordagem do Jornal sobre a compreensão da causalidade sociológica dos problemas ambientais, captando os processos emergentes vinculados à problemática ambiental, os requisitos da gestão social dos recursos naturais e os processos de mudança socioambiental. Esses aspectos se encontram em germe na ética de cuidado da água, nos objetivos do movimento ambientalista e nos projetos de educação ambiental. O desenvolvimento do texto toma como referência a análise das menções aos conflitos socioambientais a propósito de recursos naturais e a estabelecer relações sociais que primam por questões ambientais.

A abordagem das informações ambientais no Jornal é uma investigação que parte dos vestígios espelhados por meio dos textos, que, por sua vez, revelam parte das condições de sua produção e dos comprometimentos que a forjam como construção social. Fairclough (2001) constrói um nexos entre o texto, a prática discursiva e as práticas sociais. Em outros termos, concebe uma totalidade mediante o conjunto da produção, da circulação e do consumo como um processo social, em cujos termos tenta integrar as três orientações analíticas: textual, prática discursiva e prática social. A perspectiva crítica de leitura de um discurso implica apontar causas, conflitos e conexões que, por vezes, estão ocultas, bem como a coerência de soluções que se propõem sustentáveis.

A abordagem ambiental e a empresa jornalística

Em nível nacional, existe uma discussão especializada sobre o jornalismo ambiental, alimentada por redes ou listas de discussão, da mesma forma em que se dilatam as associações⁵. Este setor navega na ambiguidade, mas não nega situar-se em meio aos conflitos de interesse institucional ou em âmbitos de relativa autonomia, como as Organizações não governamentais (ONGs) e a mídia eletrônica. O jornalismo ambiental, em sua diversidade, pretende ocupar todos os possíveis espaços instituídos, bem como aposta na velocidade da mídia eletrônica que inova o campo de ação, assim como o tempo e o espaço. Nesse sentido, pode-se abrir uma referência a um processo de encaixe e desencaixe, ou ao deslocamento da centralidade das informações pautadas pela imprensa também para relações sociais, contextos de interação e extensões, indefinidas no tempo-espaço, graças à informática.

O jornal em estudo cria uma editoria específica sobre meio ambiente, com uma inserção em suas páginas, e destaca um profissional para se aprimorar na ótica da empresa e se dedicar ao assunto para a cobertura jornalística⁶. A seção sobre o meio ambiente irrompe num quadro desalentador tanto no presente, quanto com relação ao futuro, diante de uma verdade inconveniente traduzida em crise ambiental e que decorre da maneira como a sociedade se organiza na economia, na cultura e na expansão do imaginário. Igualmente, a população fica privada de espaços de lazer, seja pelo uso inadequado que gera a degradação, seja pela privatização de espaços de uso coletivo e gratuito, em contraponto com as ofertas de lazer mercantilizadas⁷.

Na região, verifica-se o declínio da atividade industrial no ramo coureiro-calçadista, cujas consequências decorrentes do impacto ambiental perduram no tempo. Simultaneamente, intensificam-se os problemas ambientais urbanos suscitados ao longo de gerações. Além disso, há o reconhecimento de que a questão ambiental comparece como peça chave para as estratégias de mercado que anseiam pela expansão do consumo, concomitante com o amparo socioambiental calcado na imagem diante de atores sociais regionais. Da mesma forma, no espaço regional, trava-se uma disputa para o suposto preenchimento dos requisitos legais em face da legitimação do Estado, no quesito da fiscalização. Nesse contexto, consubstancia-se uma seção no jornal sobre meio ambiente.

⁵ Em especial, existem diversos formatos associativos, congressos ou redes na área, como a Associação Brasileira de Mídias Ambientais – EcoMídias, ou a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA, entre outras

⁶ O editor do VS, em entrevista, destaca a novidade da editoria, ao mesmo tempo em que nega um descuido em face das questões ambientais: "O assunto meio ambiente sempre foi coberto até esse período, mas certamente não houve uma cobertura diária, a menos, evidentemente, que tenham ocorrido eventos. Em 1989, trabalhei no NH, logo no início da profissão e fui setorista de meio ambiente, um trabalho, na época, mais seminal, mais verde, não tão técnico, do ponto de vista da própria profissão. Nós tínhamos que provocar o evento, porque o evento não acontecia, não estava na agenda da sociedade. Para ele ocorrer, teria que ter uma relevância muito grande. Eu não diria um vácuo em não acompanhar a agenda ambiente, porque vácuo pressupõe uma falta de atenção. Houve, sim, eventos que não deflagraram processos".

⁷ Diante desta circunstância, parte da população parece ignorar as consequências da poluição do rio: além dos pescadores artesanais, as águas contaminadas não inibem alguns banhistas pobres, especialmente adolescentes, quando a temperatura ambiente oscila entre 30° C e 40° C.

A interrogação sobre o significado comercial da seção ambiental obterá referência por meio do exame de comparação dos espaços, do nexos com outras seções e das razões mercantis da empresa. Nesse aspecto, destacam-se as páginas ocupadas pela publicidade das redes de supermercados – colocando em um decrescendo, ainda, as agências de automóveis, os estabelecimentos integrados por redes de lojas de eletrodomésticos, todos mais incisivos do que a publicidade dos empreendimentos imobiliários da região – sem desmerecer o diversificado caderno de classificados. Faz sentido a suspeita de que esta é a razão predominante para que o modo de consumo da população usualmente não seja um objeto privilegiado da abordagem, a partir de ponderações advindas das ciências sociais.

Dimensão interna, atores sociais e contradições sociais

O veículo de comunicação reporta-se a um empreendimento de uma empresa com o nítido intuito de manter-se e alastrar-se no mercado da informação, estendendo a circulação da publicação e, eventualmente, o volume de leitores. Nesse sentido, Bourdieu (1997) aborda os constrangimentos atinentes ao propósito de angariar legitimidade social. Além do mais, alude a uma espécie de censura invisível, que: (a) do ponto de vista externo, é constituída pelas leis de mercado ou da concorrência, da captação de publicidade, pela referência à extensão de leitores e pelos usos da informação – contingência em que se associam o econômico e o político; (b) na dimensão interna, as contingências apontadas, somadas às expectativas de satisfazer um suposto público, atuam como efeito de pressões sutis ou deflagradas sobre os afazeres cotidianos dos próprios jornalistas que, pela sua formação, possuem visões de mundo parecidas, avalizando-se uns aos outros. Neste ínterim, as relações de concorrência no mercado são também internalizadas e se visualizam por meio das “relações de convivência e de cumplicidade” (Bourdieu, 1997, p. 51), em busca de índices de circulação e legitimidade.

A prática social pode privilegiar uma orientação econômica, política, cultural, ideológica e, como tal, o discurso pode estar implicado em todas sem condições de se reduzir a uma das orientações. O campo jornalístico apresenta também ótica similar, a qual fundamenta a mercantilização de todas as circunstâncias da vida, em que os textos são produzidos, distribuídos e consumidos como mercadoria. A “natureza” ou a “ecologia” são uma mercadoria, com papel relevante para a produção da legitimidade do veículo de comunicação, bem como do espaço urbano industrial. A intenção de criar maior sintonia com o poder político constituído parece clara:

Nós criamos uma página de meio ambiente, porque nos pareceu evidente que os grandes temas que norteiam a sociedade já não dão mais conta, em termos de cobertura jornalística. Por exemplo, não é mais economia, polícia e política, é preciso olhar “meio ambiente”. O sujeito hoje, numa perspectiva de comunicação social,

em especial o jornal, que não olha o meio ambiente, ele não sabe o que está acontecendo ao seu redor. Então, o Jornal VS hoje criou essa editoria do meio ambiente, com base em uma percepção da necessidade de uma agenda que estava posta já, em vários campos, mas principalmente político, em seu aspecto legislativo, e também executivo – prefeituras, câmaras (Editor do VS).

Há ocasiões em que a empresa jornalística se articula ou faz parte de uma ação política, a favor ou contra determinado aspecto da organização social e relacionado a seu interesse econômico ou político (Herman e Chomsky, 2003). Os meios de comunicação, com suas diferenças e contradições, atuam a favor ou contra certas causas, como uma oposição à possibilidade de regulação democrática de sua atividade, hostilidade em relação ao programa social ou ambiental. O noticiário sobre as questões ambientais revela uma forma de conhecimento sobre o campo, uma forma de participação no jogo de mercantilização de todas as dimensões da vida social, portanto, também atua sobre os mecanismos de mudar ou conservar a política dos recursos hídricos (Silva, 2008). A cobertura jornalística, de acordo com a retórica do representante da empresa, não trata a problemática ambiental como se fosse moda, mas associa seu intento a uma ampla discussão de problemas da sociedade contemporânea.

Somos um dos únicos jornais do país, não deve ter mais que cinco. Eu sei que há um no nordeste, se não estou equivocado, que trata editorialmente a questão do meio ambiente. Evidentemente, nós somos uma empresa e temos claros propósitos de cidadania, pois jornal também é uma forma específica de conhecimento. É um dispositivo por meio do que a gente estreita laços com a comunidade e, por isso, pode dialogar em uma perspectiva de mídia, circulação, leitura, observando o veículo como um todo (Editor do VS).

Entretanto, ao valorizar/enfatizar a dimensão dos efeitos pós-consumo e os diagnósticos dos impactos ambientais regionais e locais, o enfoque pode estar dissociado do contexto político, econômico, ideológico nacional e internacional. Todavia, o nexos entre as escalas local, regional, nacional e internacional ocasionalmente se torna visível no noticiário ambiental. A produção de material nos jornais passa por um crivo de interesses, pois há um critério interno na ocupação dos espaços, bem como no sentido movido pelo sistema de troca e de uso das informações.

Temos este projeto de um setor de meio ambiente com base em uma perspectiva de que o jornalismo é um mecanismo muito sensível à sociedade, porque dialoga com ela, e isso nos mais diversos campos: biologia, política, economia, polícia etc. Dialoga com a sociedade por meio de suas matérias, mas tendo muito clara uma perspectiva que chamamos de público-alvo, por um vetor chamado valor notícia, que compõe matérias. As matérias têm valor, porque dentro delas têm alguns critérios que dirão se elas deverão ser lidas ou não (Editor do VS).

A página do jornal se projeta como forma de apropriação da realidade dentro da qual se circunscreve a questão ambiental, mais do que um sintoma de uma crise particular ou local da água potável. A narrativa pretensamente objetiva trabalha com

a apreensão dos fatos a partir de um ponto de vista singular (Abreu, 2006), com base no cotidiano ou na inserção dos cidadãos em dadas circunstâncias concretas, espaciais e históricas. A questão posta relaciona-se ao grau e à abrangência com que se consideram os efeitos da atividade humana sobre o meio ambiente e as implicações políticas, sociais, culturais, econômicas e éticas. O editor também foi interrogado sobre o critério de publicar o que é interessante ou não, de ser útil e chamativo, e se, dentro da questão ambiental, é possível ignorar algum aspecto por este não ser considerado chamativo, declarando:

Vamos esquecer a questão ambiental, porque, quando me colocas a pergunta, estás falando de outra perspectiva, que não é jornalística; na verdade, uma perspectiva de causa, no sentido de algo necessário a ser observado e a ser feito. O jornalismo funciona por meio de acontecimentos, mas não qualquer, mas os diferenciados, que tenham relevância pública.

A força real da mídia para realçar transformações profundas na atual sociedade está referida, entre outros termos, pela relevância dos anúncios e pela busca de visibilidade pelos administradores públicos, mas, acima de tudo, a sua força, paradoxalmente, reside na tentativa de tentar invisibilizar uma parcela do impacto. As interfaces de interesses, que, aparentemente, são contraditórias constituem-se em intuito das matérias. Estas atentam para a proteção ambiental, respondendo ao aumento da circulação ao visar o interesse dos leitores; concomitantemente, em outros espaços, a empresa anseia garantir publicidade para sua receita. As duas dimensões são indissociáveis, pois o campo jornalístico está sujeito às exigências dos leitores, dos anunciantes, enfim, do mercado. É compreensível que grandes empresas raramente serão anunciantes em programas ou jornais que contemplem críticas às atividades afins, tais como a degradação ambiental em decorrência das atividades empresariais, ou de problemas em consequência da expansão do consumo.

O entendimento e a apreciação individual dos processos socioambientais possuem uma gênese não completamente independente das estruturas e das práticas públicas de justificação da dinâmica social. Por consequência, de acordo com a perspectiva de Honneth (2003), a abordagem que conta com certo grau de reconhecimento e que, de alguma forma, vem sendo generalizada por meio do jornal tende, cedo ou tarde, a validar e permear os padrões subjetivos de compreensão das agudas questões ambientais

Forma e conteúdo da informação em circunstâncias de conflito

Outra particularidade a ser destacada é o fato de que um jornal de circulação regional, com o intuito de atender ou suprir informações sobre o cotidiano, passa também por

profundos desafios em face de transformações mais gerais nas formas de comunicação e informação na sociedade brasileira. A criação de um espaço específico para informações ambientais aparece como destaque em referência à produção e à circulação do conhecimento (Guimarães, 2003), com articulação em favor da divulgação de ciência e tem como meta alterar a velocidade da degradação de bens naturais. Estes são tidos como relevantes para o bem estar da sociedade e, especialmente, para nutrir a contínua ampliação do consumo em cujo negócio se ampara a mídia em geral. A relevância e o significado empresarial da abordagem ambiental são devidamente destacados pelo editor do VS.

É um tema oportuno, necessário, útil e imprescindível por todos os aspectos, mas também sob o aspecto organizacional, que foi um dos nossos suportes, porque queremos que as coisas sejam melhores, mas queremos uma viabilidade a partir de nossas intenções, pois somos uma empresa. Temos um propósito que é a questão ambiental propriamente dita, mas claro que provindo de objetivos a serem alcançados, que é a leitura, e a leitura implica em assinaturas e também em viabilização comercial, enfim, dentro daquela perspectiva na qual opera uma empresa jornalística.

A abertura do mercado de transmissão de texto, voz e imagem por meio de novas empresas de telecomunicações (especialmente on-line), como novos meios tecnológicos de obtenção de informações, tornam-se propulsoras de mudanças ou proliferação das fontes. De um lado, há um público leitor delimitado e empresas específicas que cooperam para o financiamento; de outro, ocorre um novo arranjo político e econômico, com a presença do capital, inclusive alastrando a via das novas formas de captação de informações.

As pesquisas indicam a queda da circulação dos jornais diários e, para uma longa trajetória ou sobrevivência ante a queda persistente, nada mais lógico do que um grande esforço para a ampliação da circulação, com a tentativa de conquistar também as novas gerações, que vêm se afastando do hábito de ler jornais. O trânsito do público leitor para a internet, de alguma forma, obriga a imprensa a ocupar uma parcela desse espaço. O que de fato está em curso são mudanças ante a informação impressa, pois os cidadãos também mudam, seja o veículo de informação, seja mudando seus hábitos de leitura de informações. Mesmo assim, ainda persiste em todos os meios a informação construída em um texto ou voz, bem como a autoria.

Ciente da própria incapacidade de evitar mudanças ante as forças externas de outros meios, um veículo de comunicação local tende a somar esforços para assegurar um espaço no mercado da informação, seja abrindo seções para os problemas ambientais na disputa de espaço no campo da mídia, seja construindo um site na web. Na realidade, a entrada de novos formatos informativos⁸ vem assumindo posição de mercado como

⁸ Apesar das vantagens trazidas pelas inovações tecnológicas para difusão de informações, como oferta de alternativas, nem tudo se soma na euforia da pluralidade, pois um capital *sem* rosto pode tornar a redobrar os obstáculos na luta pela democratização da informação no Brasil.

um processo incisivo, com mudanças do ponto de vista da distribuição do poder econômico e, inclusive, do ponto de vista político. É decisivamente um mundo em descontrolado (Giddens, 2000), com crescente polifonia e fontes dissonantes de informação, com ressonâncias cotidianas e globais e cuja realidade remete à capacidade de discernimento.

Diante do exposto, a questão assentada para a análise das ciências sociais já não é mais de quantidade de informações sobre questões ambientais, mas sobre o aperfeiçoamento da qualidade das informações, bem como sobre a representatividade e a presença de atores sociais diversificados. Deve-se considerar que o fenômeno em destaque é um jornal factual, pois prioriza a cobertura jornalística de eventos locais em sua abordagem, assim como determinados assuntos e fontes de informação são privilegiados na cobertura ambiental.

Sobre a relação com os agentes empresariais, intelectuais e políticos locais, o repórter encarregado da cobertura cotidiana da temática ambiental endossa que tais agentes são uma fonte de informação importante para as reportagens e, certamente, o jornal também se constitui em um veículo de divulgação para o reconhecimento social destes. A visão de discurso como prática social, na leitura de Resende e Ramalho (2006) aponta para a perspectiva do poder de desafiar identidades ou reforçar posições sociais, de produzir relações sociais ou articular formas de conhecimentos. Neste sentido, ao mesmo tempo, o repórter afirma o seu dever de conferir informações nas fontes ou *in loco*, quando se trata de denúncia de crime ambiental, da mesma forma quando suspeita de aventureiros. A impressão que fica remete à mútua legitimação: o jornal é um veículo de divulgação ou trampolim para a legitimação do discurso, porém, suas ações efetivas, por meio da múltipla mobilização de recursos pelos respectivos agentes, são quase insignificantes diante da extensão dos problemas ambientais.

As questões ambientais veiculadas pelas páginas do jornal corporificam representações estruturadas do mundo natural, do nexos entre sociedade e meio ambiente, dos usos dos recursos naturais e das ações empreendidas para efetuar mudanças ante a crise ambiental. A mídia possui a capacidade de aumentar o espectro da crise ambiental à medida que pode provocar um sentimento de pânico coletivo. Por outro lado, pode adotar um papel de acompanhamento terapêutico ante as catástrofes ou a denominada naturalização dos impactos ambientais ou, ainda, a familiarização ante o desigual acesso aos bens naturais.

Diante das diversas formas de certificação ambiental de instituições e empresas do setor produtivo e comercial, pode-se compreender a maneira como o setor empresarial também vem se apropriando de um discurso que tende a incorporar aspectos para acomodar-se às circunstâncias, cujo fenômeno pode ser entendido como "institucionalização da questão ambiental" (Ruscheinsky, 2008, p. 326). Neste contexto podem ser assinaladas importantes mudanças práticas da sociedade civil e da esfera estatal, em termos de concepção do ambiente, normatização, espaços de decisão, organização ou mobilização setorial, e in-

tentos de políticas públicas socioambientais. Cabe alertar para as diferentes interpretações pelo jornalismo dos problemas ambientais, da sustentabilidade, dos atores sociais e do processo democrático no Brasil.

O arcabouço institucional forjado para a promoção da sustentabilidade está permeado por tensões próprias do campo no contexto do entendimento acerca da democracia e do desenvolvimento, porquanto em ambos se sublinham limites, controvérsias e contradições. Para alguns autores, há um entendimento controverso, pois a institucionalização significa mitigar a crise ambiental ou a perda da radicalidade num campo tão premente (Alexandre e Krischke, 2006). Nesse sentido, determinado enfoque das questões ambientais, inclusive com a mobilização populacional para a proteção do ambiente, interessa também ao poder público e ao setor corporativo. No entanto, a retórica de valorização econômica de recursos naturais e a perspectiva predominantemente institucional das iniciativas de contenção da degradação podem realçar desigualdades e deslocar a atenção sobre as formas de degradação.

Enfim, do ponto de vista histórico, em parte, as editorias de meio ambiente, criadas nos meios de comunicação, no início dos anos 90, acabaram abandonadas pela fragilidade ou dispersão de atores socioambientais no cenário ou pela ausência de especialistas para abordar os temas ambientais. Ao longo das duas décadas, após a Rio 92, poucas empresas mantiveram em seus quadros jornalistas dedicados à cobertura ambiental (Trigueiro, 2003). A temática da crise ambiental passou a ser tratada de uma forma mais genérica, mas, principalmente, comparece ao cenário jornalístico quando ocorre alguma tragédia, que também possui impacto socioeconômico. Por outro lado, a articulação entre profissionais expandiu-se por meio de formatos de rede de informação especializada.

As informações e o significado das reportagens: ciência social e meio ambiente

No campo desta pesquisa, o jornalista ainda se entende no exercício da profissão com as tarefas de coletar, processar e publicar informações, agregado à ideia de que essa atividade ocorre dentro de uma estrutura de comunicação empresarial.

Na área do conhecimento ambiental, existem indefinições, polêmicas e conflitos acerca de impactos ambientais, da eleição e resolução de problemas postos e das ações socioambientais empreendidas por atores sociais ou pelas instituições. Assim, a seção editorial no jornal corresponde ao cenário da luta simbólica pela apropriação de significados e do conhecimento sobre meio ambiente (Floriani, 2004), e à luta política em torno de concepções relevantes para as políticas ambientais, em consonância com os posicionamentos e as disputas empreendidas pelos atores sociais. O ambientalismo é um vasto campo de distintas interpretações, não só sobre as causas e os efeitos, mas também sobre as alternativas de políticas ambientais. Existe

um leque amplo de questões em debate, por isso cada indivíduo se situa ou, de alguma forma, cultua o seu olhar para a seleção daquilo que lê, ouve ou endossa, e o repórter assim o faz com o que vai escrever e, inclusive, com como vai escrever.

As reportagens consideram a participação dos cidadãos e o empenho fiscalizador de setores organizados da sociedade, e o veículo de comunicação, por vezes, arvora ser o porta-voz de posicionamentos oriundos da contestação em face dos resultados decorrentes da degradação. O discurso ambiental pode estar capturado pelas condições ou alardes da globalização ou por uma compreensão das condições ambientais que não questionam os fundamentos do modelo urbano, da industrialização e do consumo.

A perspectiva crítica nas ciências sociais se preocupa fundamentalmente com a lógica das práticas sociais ou com o entendimento da distinção e da relação fundamental entre a ação conformista e a ação socioambiental rebelde ou contestadora. Esta última, de acordo com Santos (2000), consiste em um empenho contra o desperdício da experiência, do reconhecimento do ambiente como alteridade e da capacidade de um modo de vida parcimonioso, frugal ou sóbrio. Mesmo que se consiga promover a ótica participativa na resolução de problemas ambientais, ainda assim está confrontada com a troca desigual na qual se insere a biodiversidade e com um processo de escuta da natureza como uma alteridade ou uma exigência radical.

A emergência da sociologia ambiental aprofunda a discussão sobre questões decorrentes dos conflitos ambientais. Contudo, além de suas acentuadas clivagens internas, encontra-se em uma posição ambivalente. As reportagens operam em uma interpretação do contexto social-político que reduz a ambivalência potencial dos fatos, em cuja lógica se detecta o conflito das interpretações. Como interpretação das práticas sociais, estas perfilam os sentidos selecionados, reduzindo a ambivalência pela exclusão de outros sentidos ou encaminhamentos possíveis (Fairclough, 2001, p. 110). Os sentidos são produzidos por meio de interpretação dos fenômenos a partir de critérios. Vale anotar que a relevância atribuída ao discurso político, a eventos ou a programas ambientais pode causar divergências.

De um lado, o meio ambiente é considerado um produto cultural ou socialmente construído, como afirmam Giddens (2005) e Hannigan (1995), em decorrência das enormes transformações por meio das atividades humanas, particularmente com a atribuição de significados na leitura da realidade ambiental. De outro, as ciências sociais, ao objetar a aproximação com temáticas não declaradamente sociais, como a ética e a biologia, o ecossistema e a biodiversidade, mantêm um distanciamento de temas relativos à natureza.

Os construtivistas sociais compreendem a abordagem das questões ambiente como um mecanismo inerente às representações sociais. Nesse sentido, a importância de um problema ambiental relaciona-se aos significados atribuídos pelos diversos atores sociais. Por sua vez, os tidos como realistas defendem a relevância dos problemas ambientais, independentemente da representação dos atores sociais. Redclif e Woodgate (1997, 1998) vêm insistindo de maneira persistente na formulação de uma sociologia ambien-

tal e, de forma veemente, afirmando a insuficiência da visão do meio ambiente como construção social, o que vem ao encontro do esvaziamento da realidade dos problemas ambientais. No caso da crítica ao construtivismo, esta se alicerça no fato da existência de uma realidade material anterior à atribuição de significados, cujos elementos podem ser socialmente manipulados, mas não criados, como o ar, a água e o solo, entre outros aspectos do ecossistema. Além disso, até o momento, não existem condições históricas em que as práticas socioambientais possam declarar-se autônomas em relação à base material do ecossistema.

A dialética pode ser expressa sob a mútua interferência: a construção social da realidade pelas informações e a construção do discurso por intermédio de condicionantes da realidade social. Todavia, no presente texto não há concordância com as formulações que propõem o equilíbrio entre realismo e construtivismo social como particularmente relevantes em uma proposta teórica e epistemológica (Guivant, 2002) para destacar as tensões entre atores sociais.

O construtivismo imagina resguardar como aspecto central a capacidade de responder à razão histórica por que determinados temas ambientais e abordagens passam, em certos momentos, a obter preponderância na interpretação da realidade social. Nesse sentido, a análise das notícias faz compreender a produção de significados sobre uma temática e a explicitar como se produz a compreensão do meio ambiente socialmente construído. Nas reportagens, o processo de significação considera os atores sociais na situação em que o ambiente é socialmente desnudado, para não frisar apenas como afazeres da sociedade, se produz a degradação e a espoliação ambiental. A construção da informação jornalística traz, dentro de si, os seus sujeitos construtores da linguagem e as circunstâncias históricas dos conflitos ambientais e, ao mesmo tempo, as externalidades das relações sociais.

O jornalista e também ambientalista Washington Novaes reforça a relevância das abordagens sobre o discurso da comunicação como um problema ambiental ao se abrir um espaço na mídia para um ecossistema em transformação (Novaes *in* Trigueiro, 2005, p. 15): "[...] retirar as chamadas questões ambientais do gueto em que foram colocadas (fazendo de conta que são isoladas, apartadas) e levar a sociedade a entender que todas as ações humanas têm impactos sobre o concreto, a água, o solo, o ar, os seres vivos". Todavia, o que torna um discurso veiculado por um jornal sistêmico e acessível à abordagem das ciências sociais é a sua relação com variáveis sociais, ou a relação que se estabelece entre os participantes do evento discursivo. Interrogado sobre o surgimento da ideia de publicar com frequência matérias sobre o meio ambiente, o repórter responsável pela seção de meio ambiente do jornal *VS* alude às questões naturais e sociais:

Acredito que o jornal tenha levado em consideração toda essa problemática dos rios desde muito tempo atrás, em especial o Rio dos Sinos porque cruza São Leopoldo, traz uma contribuição grande à população e essa preocupação com o meio ambiente deve ter surgido em função disso. Acredito que seja o único jornal da região metropolitana a possuir uma página específica para o meio ambiente (Repórter VS).

As denúncias sobre degradação ambiental possuem a sua relevância, mas já se constituiu um senso de que isso não é o suficiente, mesmo que na redação essas rendam textos acalorados e imagens no contexto da sociedade do espetáculo. De fato o que se requer das ciências sociais é apontar soluções para problemas inerentes ao desenvolvimento, cujo procedimento requer a capacidade de sinalizar, também, uma perspectiva crítica em face das controvérsias para que emergem esses enunciados alternativos ou soluções ambientais.

As atividades econômicas e culturais adquirem uma relativa independência de seu espaço imediato ou do território ambiental no qual se situam, de tal forma que se enfraquecem as bases ecológicas e institucionais para difundir resoluções por meio de políticas ambientais. Desta forma, ampliam-se os obstáculos às ponderações sobre os bens naturais como aspectos determinantes no processo civilizatório contemporâneo, bem como se multiplicam as incompreensões para uma transição ou uma mudança profunda no padrão eco-cultural que caracteriza a relação sociedade e natureza. Para o pensamento crítico do discurso e da realidade objetiva, os problemas ambientais parecem intimamente conectados com as insuficiências do desenvolvimento social que atribua condições de equidade ou, na atualidade, com o consumo desigual em meio à abundância em detrimento de desigualdades.

Em termos tecnológicos, a incerteza passa também pela tendência de uso crescente de energia para satisfazer as demandas de consumo. Em termos sociológicos, a crescente incorporação da natureza na cultura, ou a sua submissão, significa expandir a complexidade da organização social e as respectivas redes de informação. Nesse sentido, entre os autores brasileiros, Guimarães (2001; Guimarães *et al.*, 2008) consagrou a expressão sistêmica ou a complexidade sobre a perspectiva da exaustão das premissas do atual desenvolvimento: ecologicamente suicida ou predatório, pois, pela excessiva utilização, se esgotam de forma indiscriminada os recursos naturais, além da capacidade de reposição; socialmente perverso na geração da exclusão social, empobrecimento e na persistência das desigualdades; politicamente injusto pela concentração do poder, não democratiza o acesso aos bens naturais; eticamente censurável pela lerdade da efetivação dos direitos humanos e do reconhecimento das demais espécies ou desrespeito às formas de vida não humanas; culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e em relação à natureza ou porque subjuga a natureza a qualquer custo. Diante destas circunstâncias Zizek (2009) utiliza com propriedade a expressão desconcertante "a ecologia é o ópio do povo", especialmente na medida em que a proteção de bens ambientais se distancia do horizonte da justiça ambiental ou em lugar da cidadania socioambiental se instaura a ação política decorrente do medo da catástrofe, dos riscos, entre outros.

Conflitos socioambientais, atores sociais e processo de informação

A abordagem sociológica desenvolveu-se dentro de enfoques teóricos que não internalizam facilmente processos extrasociais emergentes, tanto por sua complexidade quanto pelo requisito da adesão à interdisciplinaridade, com atenção às relações entre a base ecológica, biológica e social. Assim, para Leff (2001), os problemas emergentes, como o surgimento de atores socioambientais, os novos direitos ambientais, a relevância da biodiversidade para as relações sociais, as parcerias na resolução dos conflitos ambientais e os processos relativos à cultura ecológica parecem extrapolar o campo de abrangência das ciências sociais.

Na sociedade da informação, os indivíduos já não conhecem por si mesmos a própria sociedade, a não ser mediatizados. Tais indivíduos são amortizados a imaginar o espectro ou a ótica ofertada pelos meios de comunicação. Nunca se usufruiu de tanta informação, seja para acessar a condição de consumidores, seja gerando ascensão ao mundo da informática. Todos estão cada vez mais sequiosos e afeitos a se envolverem com informações como consumidores, especialmente na medida em que parece necessário ante as inevitáveis escolhas.

Na base dos problemas ambientais e das soluções, encontram-se os atores sociais como produtores da natureza, do espaço urbano, da mudança social e da degradação ambiental, inclusive das obras que escondem a *natureza*, como no caso das avenidas sobre córregos canalizados. Trata-se menos de analisar ou destacar algum texto em particular sobre atores socioambientais, e mais de se referenciar pelo processo discursivo que dá sentido à incorporação do discurso ambiental a uma seção do *Jornal VS*.

Um olhar crítico detecta o quanto o mito do desenvolvimento sustentável, na sua qualidade institucionalizada ou como conceito incorporado para esverdear novos empreendimentos, pode efetivamente ofuscar os custos sociais e ambientais em um moderno sistema produtor de mercadorias (Montibeller Filho, 2004). Um recurso natural que, em um momento histórico, se apresenta como impulsionador do progresso (expansão da ocupação do território), em um novo momento, pode comparecer como obstáculo ao desenvolvimento ou manutenção da qualidade de vida.

O ambiente é um fenômeno natural ou material, construído ou social, sobre o qual recaem os olhares distintos a partir do lugar social do discurso dos atores sociais. Assim, há o sentido produzido pelo discurso dos empreendedores, das ONGs⁹, dos agentes de órgãos públicos/gestores, populares e de movimentos sociais (Abreu, 2001). Alguns dos atores incluídos nas páginas do jornal, por vontade política de outrem, podem fazer-se de

⁹ Entre outras entidades, tem destaque e legitimidade social a ONG Martin Pescador, cujo intuito é orientar especialmente crianças e adolescentes escolares à preservação do Rio dos Sinos. Possui um barco de navegação para 90 pessoas, destinado a passeios educativos pelo rio, a fim de difundir o conhecimento interdisciplinar sobre os seus problemas e obter cooperação com o meio ambiente. Até novembro de 2006, cerca de 40 mil pessoas navegaram com o barco escola, segundo informou o presidente do instituto. Além dos passeios turísticos ecológicos, promove cursos, congressos e seminários. Outras ONGs de maior visibilidade na região são a União Protetora do Ambiente Natural (UPAN), o Movimento Roessler, o Centro de Educação Ambiental (CEA), a Associação dos Patrulheiros Ecológicos de São Francisco de Assis (Apesfa) e a Associação Ecológica Canudos (Terraguar).

surdos e mudos, ou não acompanham o debate ambiental por meio do respectivo noticiário. De qualquer forma, isso confere visibilidade, pois, como diz o editor, "estar em um jornal, não é simplesmente estar em uma página, mas ser lido". Todavia, existe efetivamente uma fragilidade de comunicação entre segmentos da sociedade e de informação entre entidades, órgãos públicos e ONGs para difundir as práticas socioambientais ou convocar à participação em eventos, tanto que permanecem atividades múltiplas na semana do meio ambiente.

Uma abordagem crítica de informações de um veículo de comunicação sobre as questões ambientais reporta-se à capacidade de expressar nitidamente posicionamentos em conflito (Assis, 2008), respaldando a defesa dos interesses de grupos, sob a aura de defender o interesse público. Os espaços de informação sobre os fenômenos socioambientais estão envolvidos em contradição e conflito, na mesma medida em que existe uma disputa permanente pelas mentes e corações, bem como para a invisibilidade do esgotamento da natureza e o ocultamento dos impactos ambientais.

A partir dos atores sociais e da formulação socioespacial, emerge uma dimensão que leva a considerar o espaço como parte importante dos conflitos socioambientais e do processo de significação: de um lado, a relação direta entre urbanização, industrialização, recursos naturais e poluição, e, de outro, a preservação, a recuperação e o reordenamento do espaço urbano.

A relação entre os atores sociais também pode estar expressa pela tensão no espaço delimitado pelas instâncias da esfera estadual e municipal, cuja confirmação de perspectiva decorre de alguns fatos marcantes: (a) a Fepam cobra, em outubro de 2006 (VS 13/03/2007), logo após a tragédia da mortandade de peixes, que todas as administrações municipais entreguem em 180 dias um plano de saneamento com metas para atenuar a degradação do rio, alertando que o descumprimento da ordem poderia desembocar em autuação; (b) sob a liderança da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Leopoldo, integrantes de um debate sobre questões ambientais da região rejeitam a proposta da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de segmentar a região da bacia em cinco subáreas para fins de planejamento e ação estratégica; (c) ocorreu uma discussão, em março de 2007, sobre o destino do Departamento Estadual de Recursos Hídricos, medida vista por ambientalistas locais como uma tentativa de esvaziar a pressão política e o órgão ambiental; (d) houve uma disputa, em situação típica nos primeiros meses de 2007 (VS 03/03/2007), sobre as competências do âmbito estadual para o licenciamento ambiental e a demanda do poder público municipal por ampliação das próprias competências; (e) a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São Leopoldo solicitou à Fepam (VS, 25/04/2007) que

interrompesse os licenciamentos ambientais para loteamentos em áreas de banhados, considerados fundamentais na preservação do ecossistema; (f) as normas para licenciamento ambiental de estações de tratamento exigiam rede de esgoto domiciliar distinta da canalização das águas pluviais, tornando-se um dilema político e econômico resolvido ainda em 2007, a partir de demandas locais, licenciando-se estações de tratamento misto.

O silêncio sobre alguns aspectos locais relevantes pode estar relacionado com a incorporação de sentidos próprios da formação discursiva empresarial ou, até mesmo, a um estreito relacionamento com a tecnologia e a tecnocracia (em que a ciência e a tecnologia são os pendores das soluções). Muitos acontecimentos ambientais¹⁰, contudo, adquirem também um espaço na esfera mediática, pois, destacados pela mídia, alcançam, por esta visibilidade, um reforço na sua dimensão socialmente reconhecida (Dayan, 2009).

Cabe mencionar acontecimentos no campo de planejamento ou de proposição de políticas ambientais que podem ser lidos como expressivamente de ordem mediática: encontros políticos, fóruns sem desdobramentos, audiências públicas e outros eventos do gênero. As notícias emprestam voz a alguns atores ou sujeitos a partir de entrevistas, como fontes de informação. Usualmente, não está declarada a pergunta realizada para se obter a informação. Tais falas são realizadas a partir do lugar social e produzem sentidos, interpretando a realidade; apontam soluções em determinadas direções, de acordo com seus interesses e inserção no conflito ambiental. As fontes parecem descortinar o que pode virar informação nas páginas do Jornal, conforme é mencionado em entrevista ao autor deste texto pelo repórter do VS: "muitas pessoas ligam, principalmente sobre a questão da morte de peixes no Rio dos Sinos e temos um contato muito direto com as fontes e com os leitores. Estes nos trazem informações, como do tipo "vamos fazer um mutirão para limpeza [...]", e nós vamos construindo nossa pauta em função disso".

Dessa maneira, há significados atribuídos às práticas sociais e inseridos em redes de significação social e historicamente condicionadas. As preocupações ambientais que aparecem nas páginas do Jornal são abordadas estritamente paralelas ou em consonância com os novos templos do consumo, que também são a expressão patente das desigualdades vigentes na sociedade. A pobreza vem a ser, com o tempo, causa e consequência do ciclo pernicioso de uso para além da capacidade de reposição dos recursos naturais. A partir desta naturalização, as soluções para dirimir as faces da degradação podem influir e incomodar as margens de lucro, a produção, a circulação e a obsolescência planejada¹¹ de mercadorias.

¹⁰ Sob este aspecto, pode-se conferir a relação entre fontes, temáticas e informação validada pela ótica do jornalista, em entrevista (Repórter do VS): "temos as nossas fontes que trazem algumas informações, normalmente em avanço nós já sabemos o que vai acontecer. Por exemplo, para a edição de amanhã estamos tratando do nascimento de peixes para repovoar o Rio dos Sinos naquela campanha do milhão, e sabemos que daqui a um mês eles serão transportados para outro lugar. Assim, nós ficamos sabendo de coisas deste tipo".

¹¹ Obsolescência planejada no campo da economia reporta-se à ação deliberada do produtor ou da publicidade com o propósito de tornar obsoletos os bens de consumo, com vistas a induzir a substituição de objetos por novos modelos.

A ausência de reportagens sobre alimentação ecológica, mudança alimentar para um modo mais frugal ou questionamentos ao modelo de consumo talvez se justifique pelo implícito conflito com os protagonistas e financiadores do veículo de comunicação. A indústria, como setor produtivo, e a questão da água na bacia hidrográfica estão sob a aura da contradição ou ambivalência: aquele que devasta os recursos naturais também preserva. Verifica-se a ação de degradação no limite da lei ou o direito de poluir; os ecoempreendimentos parecem contemplar a junção adequada entre economia e preservação.

Nesse sentido, procedem as apreciações dessa ambivalência por Foladori (2002), ao tratar dos avanços e limites quando a ênfase do debate ou o horizonte político é a sustentabilidade ambiental. Além do mais, o requisito da sustentabilidade usualmente passa ao largo da questão social e cultural.

As atividades de educação ambiental focam, predominantemente, as crianças ou escolares, como visto em muitas circunstâncias com atividades consideradas de conscientização, entre as quais se destacam os projetos de pesquisa e de ação *Peixe Dourado* e *Monaliza*, fórum das águas para educação ambiental em Sapucaia (VS, 13/04/2007), e um evento com 500 crianças em Igrejinha (abril, 2007).

Sobre este último, a manchete do Jornal enuncia (VS, 15/04/2007): "Criança com senso crítico". Todavia, este se resume ao fato de constatarem a existência, na praça, de um córrego poluído e a falta de cuidado paisagístico. A reportagem nomeia com mais destaque a lista de promotores e apoiadores (Petrobrás, Comitê Sinos, Unisinos, prefeituras etc.) e o espaço para a fala do prefeito – "O evento aumenta o senso de responsabilidade da população, principalmente das crianças". Neste sentido, a seleção operada a partir das ideias expressas pelos informantes ou interlocutores também é constitutivo da visão do jornalista. Ao reportar um concurso de cartazes sobre temas ambientais em uma escola, recorta a fala da promotora: "A escola é o melhor veículo para trabalhar a preservação".

O enunciado de que o cuidado com a água é responsabilidade de todo cidadão faz sentido na compreensão de que os usos estão plenamente democratizados e, portanto, a responsabilidade aos olhos de todos. Ao contrário, tal entendimento pode silenciar os conflitos ecológicos e políticos subjacentes aos usos degradantes e aos diferentes graus de responsabilidade sobre a avaliação dos recursos hídricos (Silva, 2008). As diferenças políticas ensejadas pela iniquidade social ou pela exploração econômica desigual dos recursos naturais tendem a ser naturalizadas por meio da responsabilização de todos pelo cuidado com o ambiente, ao mesmo

tempo em que se olvida a resolução política em direção a um estado de bem estar socioambiental.

Dessa forma, os equívocos que aparecem na produção da informação jornalística podem ser eco de visões que circulam na sociedade: "Todos unidos para salvar o rio!", diz a manchete. Esta suposta união entre contrários, entre esfera política, cultural e econômica está negada ou eclipsada por alguns fatos: as dificuldades para priorizar efetivamente a agenda ambiental na administração pública, destinando investimentos; as dificuldades para expandir a coleta seletiva no espaço urbano e para reciclar os resíduos sólidos; os supostos acidentes em dias de chuva forte, quando empresas largam resíduos perigosos em galerias; a mudança de hábitos para eliminar a lavagem de veículos e calçadas com água tratada; o acidente da Utresa, empresa especializada em tratamento de resíduos industriais de alto impacto.

A degradação do curso da água aparece como o problema mais destacado e também mais complexo no espaço da bacia hidrográfica. O jornal, sob a medida da informação, instala-se como instrumento de educação ambiental, em que a constituição da consciência ecológica desponta como questão fundamental, igualmente tida como requisito predominante para evitar ou resolver a degradação. Nesse recorte, a partir dos relatórios de um seminário sobre educação ambiental, a reportagem do VS de 10/09/06 aponta as dificuldades para que as resoluções se realizem: ausência de ações coordenadas, multifacetadas ou segmentadas práticas socioambientais, baixa participação e falta de consciência, carência na área de políticas públicas, falta de vontade política ou prioridades, parcerias entre centros de pesquisa, governo e empresas. Tidas como a voz singular de apreensão da realidade ambiental, as ONGS, ao mesmo tempo, expressam a disputa pela atribuição de significado aos fenômenos em evidência no conflito ambiental, destacando posicionamentos de atores sociais em um mesmo espaço geográfico.

Água: recursos naturais, escassez e direito de todos

É intrigante como, no Brasil, país que detém a maior reserva mundial de água doce, a maior biodiversidade com variedade de biomas e a maior floresta tropical, haja tanta escassez na oferta de cursos de meio ambiente¹² voltados para estudantes de comunicação e jornalistas profissionais (Trigueiro, 2003, p. 83). O fato é que o jornalismo ambiental ameaça os interesses das empresas públicas ou privadas, que agem na contramão da

¹² Apreciação distinta de Trigueiro (2003), em publicação que se realiza no mesmo período, mas referindo-se à inserção da temática ambiental em termos mais gerais, encontra-se em Rocha (2003, p. 155): "A inserção da temática ambiental no meio acadêmico se fez gradativamente e, embora com muitos obstáculos, tem demonstrado um viés inovador e desafiante de administradores, docentes e discentes tendo em vista a estrutura fragmentada das universidades tradicionais. O exame do estado da arte das Ciências Ambientais possibilitou discernir, para além da compartimentalização e da departamentalização, as principais queixas, dúvidas, caminhos, soluções e espaços que conduziram à elaboração de um campo integrador do fazer científico, reunindo ensino, pesquisa e extensão".

sustentabilidade. Em particular, é necessário considerar que a atividade obtém o seu sustento financeiro junto à circulação de mercadorias. Para essas empresas, continua o autor, uma exposição ruim na mídia pode desencadear uma sucessão de malogros que vão de ligeiro arranhão na imagem à perda de credibilidade, desembocando em eventuais impactos no faturamento e na cotização das ações no mercado da bolsa.

As alterações climáticas são apenas parte dos principais responsáveis pelo problema da água, sendo acrescentadas à chamada revolução verde – que introduziu a agricultura intensiva com alto consumo hídrico e de produtos químicos – e à degradação pela via da produção industrial e à expansão dos serviços. Estiagem ou enchentes, pouca água ou demasiada água continuam sendo um grande problema na sociedade da informação.

A maquiagem verde constrói uma imagem pública ecologicamente correta, entretanto, usualmente sem a devida contrapartida no mundo real ou dos compromissos com as práticas socioambientais. A reportagem do *VS*, em 09/06/2007, diz: "AmBev promove mutirão de conscientização". Entre variados elogios à iniciativa de conscientização, destacam-se três aspectos distintos: funcionários da empresa recolhem o lixo do córrego que lhe faz divisa; há distribuição de mudas de árvores frutíferas; acontece um concurso de redações sobre meio ambiente no qual os vencedores recebem brindes e visitam a empresa. Esta última ação de recompensa certamente não inclui um apelo para diminuir o consumo de refrigerantes no cotidiano.

Na investigação da questão ambiental do jornal, interessa particularmente a abordagem sobre a questão da água, inclusive instituindo-a como recorte para análise da construção de informações. A priorização dos recursos hídricos decorre também de uma politização do debate em torno da temática do uso e da escassez de recursos naturais, portanto, uma estratégia para avaliar a intensidade dos usos, bem como uma política para este setor (Silva, 2008). Este recurso é considerado um ponto essencial do desenvolvimento local, seja a partir do olhar de seus múltiplos usos, seja pelo grau de degradação que interfere nas atividades econômicas e culturais, bem como no bem estar da população consumidora de água.

A preocupação com os níveis de potabilidade da água na bacia hidrográfica ocorre igualmente em um momento em que as condições físico-químicas da água já não se apresentam adequadas para o consumo humano, no que pese as qualificações da legislação vigente. Portanto, está em questão, em primeiro plano, a capacidade de apropriação dos recursos naturais dentro da lógica de uma sociedade de consumo.

Os significados da proteção aos recursos hídricos

Na situação em destaque, verifica-se a perda das matas ciliares como mecanismo de proteção ambiental para a flora e a fauna, bem como para evitar assoreamento, entre outros aspectos de cunho social. Este fato, por sua vez, está associado à preservação da água ante a degradação difusa ao longo do tempo histórico e ao longo do percurso da bacia. Conforme Abreu (2006, p. 56), "uma consequência bem demarcada do processo de urbanização e industrialização [...] é o comprometimento da qualidade das águas", implicando até na queda da balneabilidade e no uso ao longo de toda parte inferior da bacia para fins de lazer.

As formas progressivas de degradação/poluição do solo e das águas são decorrentes da urbanização, mas especialmente em consequência da contribuição de produtos químicos com alto potencial contaminador (ou destruidor da biodiversidade e de ameaça à salubridade humana). As políticas ambientais acanham-se em seus conflitos e desdobram-se ante os custos financeiros, políticos e culturais de reflorestar as margens, bem como de efetivar coleta e tratamento dos dejetos líquidos (Salati *et al.*, 2006). As águas superficiais nas proximidades dos centros urbanos são contaminadas por efluentes domésticos e industriais ou por poluição difusa proveniente da urbanização ou oriunda de atividades agropecuárias. A situação da planície implica na ausência do uso da água para geração de energia elétrica no Rio dos Sinos, além da ausência de barragens para captação ou abastecimento.

A abordagem dos problemas da água potável e as questões relativas à biodiversidade ambiental conduzem à busca por diferentes atores para um comprometimento inovador, a partir de seus diversos pontos de vista. Diante deste fato, ergue-se a seguinte interrogação: há alternativa possível para a gestão do conflito permanecendo os atores envolvidos em seus posicionamentos assimétricos? No mais, estes encaminhamentos, de alguma forma, estão desligados das diferentes responsabilidades ou distintas relações de forças entre atores sociais.

Diversos significados são atribuídos à água como um bem de uso imprescindível: como fonte de riqueza ou mercadoria e bem econômico; como fonte geradora de possíveis conflitos entre os cidadãos, entre usuários e poder público; como um recurso finito e escasso¹³ ou um direito universal, portanto, à disposição de todos (Ribeiro, 2008).

A mesma palavra – água – se inscreve em diferentes sentidos ou em uma formação discursiva diferente. Há, mesmo no contexto urbano, diferentes representações sociais ou atribuição de significado predominante: a questão vital, o lazer, a chuva que atrapalha, o *tempo feio*, as ameaças de enchentes, o valor eco-

¹³ O princípio da escassez, mesmo na economia ambiental, classifica como recurso tudo o que estiver em situação de escassez, portanto, a valoração mercantil se dá em decorrência da carência ou privação, ao mesmo tempo desconsiderando o que for abundante. Assim sendo, o uso recorrente do conceito predominante pode induzir a abordagem para a adesão a compreender os recursos naturais reduzidos à lógica de mercado, ou a sua proteção se corporifica na mesma proporção da sua valoração. De acordo com Foladori (2001), significa "internalizar as externalidades", ou seja, fixar preços em bens públicos em conformidade com a lógica de mercado.

nômico, o direito. O lento e persistente processo de degradação, encadeado com a premência do uso para o consumo, produz um cenário compreendido como de escassez anunciada da água potável. Por isso, Porto-Gonçalves (2006) insere este discurso da escassez da água potável em um processo de produção da desordem ecológica, no intuito de privatização e na (des)regulamentação.

Considerando uma sociedade do espetáculo e do império da visibilização dos fenômenos de destaque é necessário, para uma apreciação pública da água como um valor social e cultural, que se converta em um ato político. Ao aparecer em público por intermédio dos meios de comunicação, a água adquire conotação de ato político, quando se trata de escassez de água potável; e de espetáculo a ser apreciado, quando se trata da indústria do turismo. Tomar ciência deste fato social evidencia a recorrência em avaliar a sua pertinência ou os vícios e as virtudes do que se convencionou chamar de informações ambientais. Os peixes mortos por ocasião de desastre ecológico, por exemplo, têm servido para identificar e legitimar com efeitos reais as lutas dos organismos ambientalistas.

A contaminação do solo urbano e de lençóis freáticos pode ser causada pelo uso de substâncias tóxicas e dejetos de materiais domésticos, mas também por outros fatores ignorados ordinariamente. O esgotamento de recursos naturais, como a escassez de água ou a sua degradação, como um fenômeno que decorre do uso irracional destes recursos, desconhece parte relevante da lógica e dos fundamentos da sociedade produtora e consumidora de mercadorias. Em outro sentido, a racionalidade econômica pode desconhecer uma racionalidade ambiental ou a capacidade da vida do ecossistema.

A tendência do mercado induz a lógica da proteção pelo viés de torná-la mercadoria, com precificação definida e, como tal, valorada em ambiente de escassez. Entretanto, em uma sociedade com acesso desigual aos recursos naturais, evidencia-se o sentido oposto do direito universal ao acesso à água. Especialmente a partir da questão da água, é possível associar os efeitos da sociedade de risco e as consequências de desastres ambientais. De acordo com a ocasião do fenômeno, o discurso ambiental lida ora com a falta d'água, ora com o excesso por ocasião de enchentes.

A constância de um tema nas reportagens

No período da pesquisa, destacam-se no noticiário tanto a escassez e degradação quanto a estiagem e as enchentes relacionadas aos impactos ambientais ou problemas atribuídos a mesma raiz. A leitura das reportagens sobre temas ambientais levou à construção de um quadro para atestar a intensidade da presença sobre a temática da água, entre outros aspectos. O quadro estatístico aponta a periodicidade e insistência/persistência com que a temática da água é referida nas páginas do *journal* que tratam de informações sobre meio ambiente.

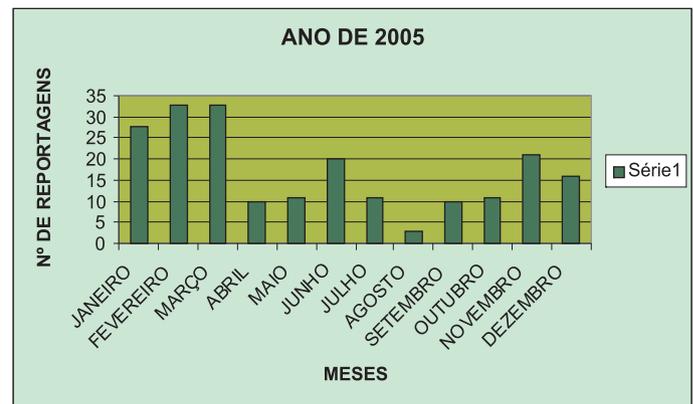


Figura 1. Número de reportagens sobre a temática da água.
Figure 1. Number of reports on water.

Fonte: Jornal VS e ABC Domingo, ano 2005. Construído pelo autor.

A amostra da Figura 1 demonstra que a água aparece com destaque entre as temáticas ambientais eleitas para informação aos leitores do Jornal. A predominância de informações sobre a situação da água refere-se aos meses do verão, quando a questão da escassez, do aumento do consumo e da degradação fica acentuada, porquanto há neste período de pesquisa a presença de uma forte estiagem e uma menor preocupação com enchentes no inverno. A estiagem em janeiro de 2006, que acarreta baixo nível do rio, acentua as consequências perversas da degradação, pois provocou a morte de peixes por falta de oxigênio, com a propensão ao aumento de algas e concentração de dejetos impactantes sobre o ecossistema (VS, 13/06/2006).

A diversidade temática da água aparece principalmente nas reportagens distribuídas por categoria ou usos em um período de dois anos, segundo constatação e interpretação do pesquisador. É importante salientar que uma página diária do Jornal sobre meio ambiente pode tratar de temas diversos, inclusive com manchetes distintas, o que eleva a quantidade estatística.

A preocupação ordinária com o nível das águas do Rio dos Sinos está presente mais intensamente no período do verão, quando ocorre uma estiagem; assim, o tema está diariamente estampado nas páginas do Jornal. Em janeiro e em novembro de 2006, o nível do rio ficou muito baixo, cerca de 50 cm de lâmina d'água. Tal fato refere um imediato racionamento da oferta de água potável para o consumo.

O intuito principal do Quadro 1 é demonstrar as temáticas ou as ênfases, não no conjunto do noticiário sobre meio ambiente, mas, em particular, a um tema muito caro: a água. A elevação das referências na comparação em relação aos dois anos¹⁴ deve-se, em parte, à criação de uma editoria sobre meio ambiente. Chama atenção ao investigador que eventos abertos ao público para discutir questões ambientais são notícia, usual-

¹⁴ Por uma delimitação metodológica e capacidade de estender a investigação, estão ausentes neste quadro estatístico os desdobramentos aos anos subsequentes ao desastre ambiental de outubro de 2006.

Quadro 1. A diversidade de ênfases temáticas da água por categoria.
Chart 1. The diversity of the thematic emphases of water according to category.

Categorias	2005	2006	Categorias	2005	2006
Consumo de água	3	20	Nível da água do rio	21	29
Saneamento	4	34	Preservação	21	28
Recuperação do rio	5	61	Ações do governo	25	83
Educação ambiental	7	34	Catástrofes	28	57
Qualidade de água	8	18	Comitesinos	31	32
Lazer	11	5	Parcerias	0*	70
Poluição	12	87	Legislação	0*	37
Martim Pescador	12	32	Eventos	0*	22
Racionamento-Abastecimento	13	29	Total geral de reportagens		

Fonte: *Jornal VS e ABC Domingo* 2005/2006. Construído pelo pesquisador.

* itens não incluídos na amostra de 2005.

mente, no dia de sua realização, o que, como tal, não constitui um empenho para ampliar a participação popular.

Cuidados com os resíduos: palatável e amplamente endossados

É amplamente reconhecido que os cuidados com os resíduos domésticos, comerciais e industriais, bem como com o saneamento básico, são elementares para robustecer os mananciais de água potável. É amplo o espaço destinado ao incômodo proporcionado pelos resíduos ou ao seu tratamento, como saneamento básico, resíduos sólidos e lixo urbano, especialmente na medida em que se visualiza em espaços não destinados socialmente aos mesmos.

Ao contrário, o processo da produção, a circulação de mercadorias e o decorrente consumo com inevitáveis resíduos indesejáveis não ocupam centralidade como objeto focal da investigação jornalística. Está visível um deslumbamento com a reciclagem, como um negócio que toma a natureza como produto, agora para auferir lucros a partir de recursos naturais já esgotados.

Há uma persistente e repetitiva retórica ecológica reportando-se ou promovendo práticas de recuperação ambiental em meio a uma sociedade de consumo e de risco que, de maneira reiterada, produz a crise ambiental. Desta forma, isenta o modo de vida – produção e consumo – dos delitos ambientais do passado e do presente, em cujo horizonte também se situa a ousadia da transformação do rio em vala de esgoto.

O jornal criou essa editoria do meio ambiente, com base em uma percepção que estava posta a partir do dia a dia, incentivando as pessoas a economizarem água, reciclando lixo, mortandade de peixes, a própria questão do Rio dos Sinos. Então, nos pareceu muito oportuno, no sentido jornalístico da expressão, trabalhar esse tema com mais ênfase, porque é uma das

grandes agendas do século XXI, e um jornal não pode prescindir deste tema, caso pretenda um diálogo estreito com as comunidades, que é o nosso propósito (Editor do VS).

A coleta seletiva e a reciclagem de resíduos tendem a ser abordadas como fato particular ou uma totalidade sob a ótica do jornal, com o fito de obter uma cidade mais limpa. Porém, sob outra ótica e contextualização, também sugere uma referência de continuidade tranquila à sociedade de consumo. As políticas públicas ambientais para outro destino de resíduos, como reuso ou reciclagem, ainda são insuficientes. Alguns resíduos sólidos (lixo não reciclável e lodo) são um problema agravante pela dificuldade de se construir aterros sanitários para destino ou descarte (Salati *et al.*, 2006).

O desafio é convencer segmentos da população, especialmente os setores com maior poder de decisão, para a prática de outros padrões para usufruto comedido dos recursos naturais. O segredo para encaminhar um novo pacto socioambiental encontra-se na viabilização de mediações para valorizar uma cultura política destoante, contemplando iniciativas que conduzam a alternativas políticas e de educação ambiental. A linha editorial do Jornal parece manifestar resistência para tratar diretamente das condições e obstáculos à política ambiental e das contingências de participar dentro das regras do jogo democrático. Por outro lado, comparecem em suas páginas indivíduos e grupos que empreendem atividades de contestação das condições ambientais vigentes.

Os novos objetos criados para o consumo transportam novas técnicas para o sistema cultural, exigindo do jornal um discurso com a preocupação de não contradizer a produção do significado associado aos bens de consumo, que recheiam as páginas do Jornal. O discurso do jornal situa-se numa perspectiva de relações de poder e como luta pela hegemonia sobre a informação. Neste sentido, para Fairclough (1997) a luta pela hegemonia requer uma prática discursiva que leve ao consen-

timento, de tal forma que a capacidade de oferecer informação depende da crença no poder de determinado discurso.

Desafios dos projetos socioambientais e mediação de atores sociais

Os projetos de recuperação do rio estão postos em ambiguidades e aparecem como uma luta política regional, quando não se sucedem com repetição de diagnósticos sem debates circunstanciados com a sociedade sobre os encaminhamentos e sua viabilidade política. Por essa razão, constatam-se fatos como: (a) enumeração das atribuições da legislação ambiental, mas não a sua transmutação em prática social; (b) os esforços dos políticos ao promover a sua própria visibilização por meio de fóruns, estudos ou diagnósticos e acordos que não têm sucesso; (c) a recuperação do parque industrial e as exigências eleitorais de novos empregos e o nexos da "preocupação ambiental" pelo viés econômico são visíveis; (d) o apoio a campanhas se repete para o uso comedido da água em tempos de escassez; (e) o pequeno espaço para o ativismo político crítico ou a criatividade de atores sociais; (f) as questões ambientais e a justiça social não estão conectadas ou aparecem como temas repelentes entre si. A campanha pelo uso racional de água para evitar o corte no suprimento não apresenta propriamente uma motivação ambiental para além do fato ordinário.

Além dos mais, a campanha pelo uso comedido, de acordo com a companhia de fornecimento em São Leopoldo, atingiu a redução de 7% no mês de janeiro de 2006 (VS, 17/02/06). Considerando que o desperdício de água tratada ao longo da rede distribuidora soma cerca de 30 a 40% do total, pode-se avaliar que a campanha alcançou um resultado acanhado. A abordagem da questão da água implica em compreender a articulação entre atores sociais, bem como a complexidade territorial, ambiental, social e cultural, cujo teor pode ser comparado com a velocidade de degradação¹⁵.

De longa data, ambientalistas e setores técnicos estão denunciando a lenta morte do rio. Ainda, ações abrangentes de reparação estão ainda sendo aguardadas. O Comitê da bacia do Rio dos Sinos, fundado em 1989, um dos mais antigos do Brasil ainda em atividade, foi instituído como mecanismo de articulação entre atores sociais e poder público e, ao mesmo tempo, como uma forma de descentralização da gestão da água (Abers e Jorge, 2005). Entre os resultados obtidos pelo Comitê, destacam-se as pesquisas e o levantamento de dados que resultaram em diagnósticos para subsidiar as administrações públicas e outros atores socioambientais.

Entretanto, do ponto de vista de um grande impulso no es-tancamento da degradação ambiental sobre o território da região, os efeitos podem ser considerados medianos. Advém deste fato a

interrogação: por que outros mecanismos de gestão e articulação estão sendo criados, vistos os resultados atingidos até agora?

A formação do Consórcio Público de Saneamento Ambiental (consórcio pró-sinos) representa uma articulação entre os municípios da região para captação de financiamento para projetos de recuperação ambiental. A ideia foi lançada em março de 2007 e, em abril, foi ratificado o protocolo de criação por 10 municípios dos 32 que integram a bacia. O processo de adesão dos municípios ao consórcio passou pela autorização das respectivas câmaras de vereadores. Alguns significados relevantes: primeiro, os municípios, de forma coletiva, devem cumprir seus atributos legais, como esgoto, lixo, abastecimento público e drenagem; segundo, aumenta a capacidade de captação de recursos para investimentos e do endividamento público.

Algumas ponderações em torno de desastres de impactos ocorridos no Rio dos Sinos se fazem necessárias. Em início de outubro de 2006, uma substância tóxica de grande impacto, vazado na Utresa, produziu um momento acentuado de contaminação e uma dinâmica ágil do fenômeno matou cerca de 80 toneladas de peixes no Rio dos Sinos. Ainda há muitas divergências sobre os efeitos produzidos na sociedade, pois, além do descaso da empresa e da ineficiência da fiscalização do poder público, largamente apontados no jornal, é necessário agregar outras questões menos evidentes, como o questionamento da eficiência dos métodos utilizados e dos poucos recursos financeiros empenhados pelas empresas de onde se originaram os resíduos de alto impacto para o seu tratamento adequado.

Outro aspecto relevante é que, durante o desastre ecológico de 2006, a bomba da Corsan não parou a captação de água em Sapucaia e Canoas. Por isso, interroga-se o quanto da água que matou os peixes chegou ao consumidor. A contaminação dos peixes é um fato; todavia, não há pesquisas que permitam avaliar de forma precisa e cotidiana o grau de contaminação com metais pesados. Os peixes do rio ordinariamente estão contaminados, porém, esta medida está envolta em polêmicas. Além disso, ao lado de um grande impacto, ao mesmo tempo, também existe o desastre diário devido à cotidiana degradação, mediante a poluição orgânica dos dejetos domiciliares que levam à diminuição do oxigênio na água.

A atividade econômica, a organização social e as formas de consumo e descarte correspondem a diferentes modos de se relacionar com a natureza e, no caso em destaque, com os cuidados da água. Hoje, a relação entre o social e o natural está atravessada pela noção de natureza construída, entre outras razões: o manejo ambiental de áreas protegidas no perímetro urbano constitui também uma maneira de intervir no referido espaço; as áreas remanescentes de banhados ou de baixa ocupação populacional são alvo da especulação imobiliária (com diferentes finalidades).

¹⁵ Em particular, esta velocidade precisa ser abrangida também pela dimensão do movimento permanente das águas do rio (como a capacidade de reposição da sua vitalidade), que tem uma velocidade média aproximada de 700m/h, o que atribui maior relevância ao fenômeno.

Diante da multiplicidade de referências no jornal a eventos com o intuito de efetivar políticas ambientais e articulações políticas, visando consolidar projetos para a busca de financiamento público, fica evidente a fragilidade ou legitimidade do Estado para executar as obras decorrentes dos diagnósticos para subsidiar a recuperação de áreas degradadas. Por outro lado, de acordo com diversos diagnósticos, são grandes os investimentos necessários nesta área para projetos de impacto significativo.

Diante dos quatro níveis de classificação para as águas doces/potável do CONAMA¹⁶, de acordo com o coordenador da ONGs Martin Pescador, da cidade de Taquara, a jusante onde se localizam as principais áreas urbanas, a variação situa-se entre a classe três e quatro. De acordo com as circunstâncias pluviométricas, a água do rio ainda é apropriada para captação, tratamento, distribuição e consumo ou, embora práticas distintas, somente se recomenda seu uso para navegação e paisagismo.

A degradação do leito do rio procede dos afluentes em meio à ocupação urbana, onde estão acentuados o lançamento do esgoto doméstico, ou resíduos diversos, e a ausência de mata ciliar (além de fixar as margens, retira nutrientes da água que podem ser nocivos para o ser humano). Os arroios em áreas urbanas tendem a desaparecer pela transformação em condutos de detritos domésticos.

Finalizando

Neste artigo, apresentaram-se os enfoques evidenciados nas páginas de um Jornal de circulação diária sobre as informações relativas à questão ambiental. Essa tarefa se realizou mediada por uma observação das práticas de atores sociais. A realização de atividades distintas envolveu o percurso dos exemplares do Jornal, a observação de fatos geradores de informação, bem como entrevistas com protagonistas.

O apoio teórico da análise entende que a nomeação das questões ambientais é igualmente uma atribuição de sentido, bem como os intuitos de produção da informação coadunam com exigências do mercado, sejam os leitores, sejam os anunciantes. Este último aspecto permite inferir sobre as contradições entre as partes ou seções do jornal pesquisado: um diálogo de surdos entre a ênfase ao consumo nos anúncios dos produtos de redes varejistas e as informações sobre atores sociais imbuídos das virtudes de preservar ou recuperar o meio ambiente.

A criação de editoriais ocupadas com questões ambientais em veículos de comunicação decorre de um processo socioambiental. Todavia, o desafio refere-se à ratificação do intento ao longo do tempo, com o declínio da efervescência do fenômeno originário. O alargamento do espaço na mídia vincula-se à

sensibilização de editores, mas que, ainda na atualidade, está predominantemente referido às consequências de desastres ambientais. O declínio do preconceito em relação ao debate sobre as questões ambientais ampliou, por um período, a presença de informações sobre articulações para minimizar a degradação, mas não houve garantias de sua persistência ou de influenciar decisivamente em mudanças, em iniciativas duradouras ou projetos de políticas públicas de grande efeito.

No presente século a água potável desponta como um fator fundamental para a geopolítica dos bens naturais, seja do ponto de vista econômico, seja do ângulo relativo aos reflexos dos impactos e riscos socioambientais. Na região da investigação empírica, conflitos e disputas políticas se encontram em curso pelo uso do território da água, pois o Rio dos Sinos aparece no centro do debate pelo controle de reservas hídricas para diferentes usos. Parcela importante dos conflitos socioambientais possui como base o acesso e a utilização da água e dos recursos naturais que a ela se relacionam de forma direta.

As informações examinadas remetem a uma ampla gama de organizações ambientalistas e uma multiplicidade de articulações entre movimentos e instituições políticas. Entretanto, persiste uma sociedade com profunda e continuada exclusão de amplos setores sociais, bem como muitos dilemas e conflitos ambientais, que derivam em impactos sociais e econômicos atuais ou futuros. É possível reconhecer, ainda, a multiplicidade das forças do tecido social que compartilha diferentes ideias: um conjunto está obstinado pela causa ambiental ou mantém uma dedicação intelectual e política na resolução de problemas socioambientais e outro grupo mantém posicionamentos explicitamente contrários ao paradigma ambiental ou uma prática social que ignora os preceitos das políticas ambientais.

Os ambientalistas, assim como a mídia, podem enxergar a situação do meio ambiente de maneira distinta daquela endossada pela maioria da população. Enquanto os primeiros ratificam, por tantas vezes, uma versão pessimista do processo social, afligindo-se com a escandalosa degradação ambiental, a população, nem tanto mais otimista, segue a vida de modo um tanto mais tranquilo ou se move submersa em condicionantes que não ousa questionar.

O Jornal cumpre o papel econômico-social na qualidade de um veículo de informação e que, ao mesmo tempo, assemelha-se ao modo de circulação de uma mercadoria, pois ordinariamente faz circular significados materiais e simbólicos em relação ao meio ambiente. As informações, por sua vez, são organizadas de acordo com um projeto editorial e, ao circularem, contudo, as conclusões dos leitores podem ser distintas.

Nas informações, circulam encaminhamentos que não preveem mudanças significativas no ordenamento dos usos e

¹⁶ O Art. 4º, da resolução n. 357/2005 do CONAMA dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, ou especifica alguns destinos possíveis das águas: classe 1: águas límpidas para praticamente todos os usos (o Rio dos Sinos a manifesta somente nas nascentes); classe 2: ao consumo humano, após tratamento convencional, à recreação, à pesca e à irrigação; classe 3: ao consumo humano, após tratamento; à irrigação de culturas arbóreas; à pesca amadora; à recreação sem contato; classe 4: somente navegação e paisagismo.

costumes. Nesse sentido, o Jornal se insere entre um conjunto de componentes, com seus respectivos eventos, que são pródigos em retórica, mas cuja prática social em pouco interfere para alterar a realidade das águas degradadas. As mudanças de interesses, saberes e práticas socialmente construídas para a resolução de problemas ambientais certamente requerem a perspectiva dialética em que se inserem as mudanças socioculturais, institucionais e paradigmáticas.

Por fim, é pertinente a discussão sobre o meio de comunicação constituindo-se como um veículo apropriado e um instrumento pertinente de educação ambiental, devido aos seus compromettimentos institucionais e mercantis para o seu sustento financeiro.

Referências

- ABERS, R.; JORGE, K. 2005. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados?. *Ambiente & Sociedade*, 8(2):99-124.
- ABREU, M.S. 2006. *Quando a palavra sustenta a farsa. O discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis, UFSC, 179 p.
- ALEXANDRE, A.F.; KRISCHKE, P.J. 2006. Aspectos da institucionalização das políticas de sustentabilidade no Brasil. *Interthesis*, 3(2):19-35.
- ASSIS, W.F.T. 2008. Da natureza domada ao desenvolvimento sustentável: a invisibilidade e o ocultamento dos impactos ambientais na publicidade. In: L.C. FERREIRA; L.M.G. DUARTE (orgs.), *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil II*. São Paulo/Campinas, Annablume/Anppas, p. 141-157.
- BOURDIEU, P. 1997. *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 143 p.
- DAYAN, D. 2009. A mídia como instrumento de interpretação do mundo. *IHU on-line*, IX(289). Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/>. Acessado em 14/10/2009.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília, UNB, 316 p.
- FAIRCLOUGH, N. 1997. Discurso, mudança e hegemonia. In: E.R. PEDRO (org.), *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional*. Lisboa, Ed. Caminho, p. 77-104.
- FLORIANI, D. 2004. *Conhecimento, meio ambiente & globalização*. Curitiba, Juruá, 136 p.
- FOLADORI, G. 2002. Avances y límites de la sustentabilidad social. *Revista Economía, Sociedad y Territorio*, 3(12):621-637.
- GIDDENS, A. 2000. *Mundo em descontrol*. Rio de Janeiro, Record, 104 p.
- GIDDENS, A. 2005. *Sociologia*. Porto Alegre, Artmed Editora, 864 p.
- GUIMARÃES, E. (org). 2003. *Produção e circulação do conhecimento*. Campinas, Pontes, 220 p
- GUIMARÃES, R. 2001. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: G. VIANA; M. SILVA; N. DINIZ (orgs.), *O desafio da sustentabilidade*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 43-71.
- GUIMARÃES, R.; BEZERRA, J.C.; SIMÕES, J.M. 2008. Agenda internacional de meio ambiente: Continuidade e mudança da posição do Brasil nas negociações internacionais entre 1972 e os dias de hoje. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, IV, Brasília, 2008. *Anais*. Brasília. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-459-681-20080518233602.pdf>
- GUIVANT, J.S. 2002. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 19:72-88.
- HANNIGAN, J.A. 1995. Os meios de comunicação social e a comunicação ambiental. In: J.A. HANNIGAN (org.), *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa, Instituto Piaget, p. 79-101.
- HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. 2003. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo, Futura, 472 p.
- HONNETH, A. 2003. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. 34, 291 p.
- LEFF, E. 2001. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo, Cortez, 240 p.
- MONTIBELLER-FILHO, G. 2004. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2ª ed., Florianópolis, UFSC, 245 p.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. 2006. O meio ambiente como mercadoria: as contradições entre teoria e prática. In: C.W. PORTO-GONÇALVES, *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 413-447.
- REDCLIFF, M.; WOODGATE, G. 1997. Sustainability and Social Construction. In: M. REDCLIFF; G. WOODGATE (ed.), *The International Handbook of environmental Sociology*. Cheltenham, Edward Elgar, p. 55-70
- REDCLIFF, M.; WOODGATE, G. 1998. De una sociología de la naturaleza a una sociología ambiental. Más allá de la construcción social. *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, 19-20:15-40.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. 2006. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo, Contexto, 158 p.
- RIBEIRO, W.C. 2008. *Geografia Política da Água*. São Paulo, Editora Annablume, 162 p.
- ROCHA, P.E.D. 2003. Trajetórias e perspectivas da interdisciplinaridade ambiental na pós-graduação brasileira. *Ambiente & Sociedade*, 6(2):155-182. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300010>
- RUSCHEINSKY, A. 2008. A conjugação entre sustentabilidade, consumo e atores sociais. *Sociologias*, 19:322-331.
- SALATI, E.; SANTOS, Â.A.; KLABIN, I. 2006. Temas ambientais relevantes. *Estudos Avançados*, 20(56):107-127. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000100009>
- SANTOS, B.S. 2000. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 186 p.
- SILVA, S.M. 2008. *Avaliação ambiental. Estratégica na política nacional de recursos hídricos*. Brasília, DF. Tese de Doutorado. UNB, 189 p.
- TRIGUEIRO, A. 2003. Mídia. In: A. TRIGUEIRO (coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro, Sextante, p. 75-89.
- TRIGUEIRO, A. 2005. *Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo, Globo, 302 p.
- ZIZEK, S. 2009. A ecologia é o ópio do povo. *Revista Magis*, 5:10-12.

Fontes primárias

- Jornal Vale dos Sinos*, 17/02/2006.
Jornal Vale dos Sinos, 13/06/2006.
Jornal Vale dos Sinos, 10/09/2006.
Jornal Vale dos Sinos, 03/03/2007.
Jornal Vale dos Sinos, 13/03/2007.
Jornal Vale dos Sinos, 13/04/2007.
Jornal Vale dos Sinos, 15/04/2007.
Jornal Vale dos Sinos, 25/04/2007.
Jornal Vale dos Sinos, 09/06/2007.

Submetido em: 04/05/2010

Aceito em: 06/09/2010